



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 30/08/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Desregulamentação do trabalho contribui com aumento de acidentes

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou na quinta-feira (25) audiência pública para debater a situação dos trabalhadores lesionados no Brasil. O evento reuniu especialistas e trabalhadores que sofreram lesões, que sugeriram mudanças na legislação para assegurar direitos aos empregados portadores de lesão.

Autor de requerimento para realização do debate, o presidente da CDHM, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), culpou a desregulação do mercado de trabalho nos últimos anos pelo aumento de acidentes e doenças ocupacionais.

“A precarização das relações de trabalho no último período agravou enormemente as lesões. Por isso é importante que a Câmara adote medidas na legislação que sejam protetivas do ambiente do trabalho”, afirmou o parlamentar.

Segundo levantamento do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, ligado ao Ministério Público do Trabalho (MPT), de 2012 a 2021 foram registradas 23 mil mortes no mercado de trabalho formal no Brasil. Em 2021, ocorreram 578 mil acidentes e 2.487 mortes associadas ao trabalho – um aumento de 30% em relação a 2020.

Segundo os debatedores, um dos impasses para receber indenização é a dificuldade em comprovar o nexo causal entre a lesão e o trabalho, uma vez que estas também podem ser causadas por prática de esportes e em atividades domésticas.

Pelas regras atuais, a empresa é responsável, quer por ação ou omissão, pela lesão ou doença ocupacional gerada no ambiente de trabalho. Dessa forma, tem de arcar com os danos materiais, que são contabilizados, como as despesas médicas, entre outros; além dos danos morais, que não podem ser contabilizados, como é o caso do sofrimento da vítima.

Os participantes do debate criticaram a medida provisória (MP 1113/22) que promoveu mudanças no modelo de análise de pedidos de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aprovada pelo Congresso, a MP ainda aguarda a sanção do Executivo.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 30 de agosto.

### Brasil abre 218.902 vagas formais de trabalho em julho, abaixo do esperado, mostra Caged

O Brasil abriu 218.902 vagas formais de trabalho em julho, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado nesta segunda-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O resultado do mês passado, que ficou bem abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de criação líquida de 260 mil empregos, é fruto de 1,887 milhão de admissões e 1,668 milhão de desligamentos.

O dado do mês passado é fruto de 1,887 milhão de admissões e 1,668 milhão de desligamentos. O saldo ficou abaixo dos 316.725 postos abertos em julho de 2021, pela série sem ajustes.

Com o resultado, o estoque de empregos formais no país atingiu 42,2 milhões, o maior para o mês da série com ajustes iniciada em 2010.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, foram abertas 1,561 milhão de vagas, ante uma abertura de 1,785 milhão de postos em igual período de 2021, segundo a série com ajustes.

Em julho, houve saldo positivo em todos os setores, com destaque para as vagas em serviços, com abertura de 81.873 postos, seguido de indústria, com 50.503.

Houve criação de 38.574 empregos formais no comércio, 32.082 no setor de construção e 15.870 na agropecuária.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de agosto.

## Especialistas veem mais alívio na inflação e crescimento maior em 2022

O mercado segue vendo mais alívio na inflação brasileira este ano em meio a medidas do governo para conter a alta dos preços e reduções nos custos de combustíveis, enquanto a perspectiva de crescimento econômico melhorou para 2022 mas seguiu piorando para 2023.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (29) mostrou que os especialistas veem agora alta do IPCA este ano de 6,70%, contra 6,82% no levantamento anterior.

A perspectiva para os preços administrados passou a queda de 1,96%, de recuo de 1,80% antes, depois de medidas como a imposição de teto para as alíquotas de ICMS e, mais recentemente, reduções de preços de combustíveis anunciadas pela Petrobras nas refinarias.

Para o ano que vem, a inflação deve ficar em 5,30%, um recuo de 0,03 ponto percentual ante o levantamento da semana anterior, com alívio de 0,12 ponto na perspectiva para o avanço dos preços administrados, a 6,7%.

Nos dois casos, entretanto, a inflação terminaria acima do teto da meta oficial, que é de 3,5% para 2022 e de 3,25% para 2023, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para a atividade, as mudanças no Focus mostraram direções divergentes. A previsão é de que PIB (Produto Interno Bruto) cresça 2,10% este ano, desacelerando a 0,37% em 2023. Enquanto a previsão para 2022 melhorou em 0,08 ponto percentual, para o próximo piorou em 0,02 ponto.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda manutenção do cenário para a taxa básica de juros, com a Selic calculada em 13,75% ao final de 2022 e em 11,00% em 2023.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de agosto.

## Dívida pública federal cai 0,7% em julho, e Tesouro vê cenário positivo

A dívida pública federal do Brasil caiu 0,70% em julho, a R\$ 5,804 trilhões, informou o Tesouro Nacional nesta segunda-feira (29), em mês com relativa estabilidade em indicadores de custo e prazo dos títulos e que antecedeu período de melhora no ambiente econômico.

De acordo com o Tesouro, a redução do estoque da dívida foi explicada por um resgate líquido de R\$ 81,6 bilhões e uma apropriação positiva de juros no valor de R\$ 40,5 bilhões.

Segundo o órgão, julho foi marcado por um ambiente de aversão ao risco no exterior, refletindo incertezas sobre inflação e crescimento no mundo. No entanto, após subir ao longo do mês com o cenário externo e discussões fiscais no Brasil, a curva de juros futuros encerrou julho praticamente estável.

No mês, o custo médio do estoque da dívida pública federal caiu, passando de 10,90% ao ano em junho para 10,76% no mês passado. Na dívida interna, o custo do estoque subiu ligeiramente de 10,98% ao ano para 11,00% em julho.

O custo médio das novas emissões da dívida interna também cresceu moderadamente, indo de 12,03% ao ano em junho para 12,09% ao ano em julho.

No período, também houve um leve alongamento do prazo médio de vencimento dos títulos brasileiros para 3,90 anos, ante 3,88 anos registrados em junho.

Em relação ao colchão de liquidez para pagamento da dívida pública, houve uma redução de 3,58% em julho, a 1,178 trilhão, por conta do volume de resgates do mês. O montante ainda é suficiente para quitar 9,49 meses de vencimentos de títulos, valor considerado confortável —em junho, estava em 9,75 meses.

Para o mês de agosto, o Tesouro vê um cenário mais positivo, com melhora nas perspectivas de inflação doméstica e entendimento do mercado de que o ciclo de aperto monetário implementado pelo Banco Central está perto do fim. No período, a curva de juros futuros recuou, enquanto o CDS (credit default swap) do Brasil, que mede o risco relacionado ao país, caiu 8,34%, a 258 pontos base.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de agosto.